

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/07/2015 a 31/07/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Sumário

Seppir e Incra discutem políticas para demarcação de terras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2015.....	4
Incra-MA cria o quinto Projeto de Assentamento em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2015.....	4
SE: Comunidade quilombola de Caraíbas tem território reconhecido pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/07/2015	5
Incra cria o projeto de assentamento de número 300 em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/07/2015.....	6
Incra e Governo do Piauí discutem parceria para desenvolver assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/07/2015	6
Incra comemora 45 anos e cria dez novos projetos de assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/07/2015	7
Criação de assentamento marca aniversário do Incra na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/07/2015.....	7
Agricultores de Tocantins recebem títulos definitivos nesta sexta-feira em Araguaína – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/07/2015	8
Incra do Médio São Francisco cria três novos assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/07/2015.....	9
Os maus efeitos do atraso na execução da reforma agrária. Jacques Távora Alfonsin – Site do MST. 17/07/2015	10
Sinal verde para famílias de agricultores na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/07/2015	12
No MT, Sem Terra realizam ato em defesa da Reforma Agrária Popular – Site do MST. 19/07/2015.....	13
Sessão Especial em homenagem ao Dia do Agricultor destaca importância da reforma agrária na Paraíba – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/07/2015.....	14
Congresso para; questão indígena não – Site do MST. 24/07/2015	14
Melhorias que vão além do campo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2015	19
CONTAG expõe suas demandas pelo acesso a terra para ministro Patrus Ananias. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/07/2015.....	19
Compromissos com os avanços no campo. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2015	20
MDA institui espaço permanente de debate sobre a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/07/2015	21
Polícia prende 10 na operação “Terra Legítima” – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/07/2015	22

Seppir e Incra discutem políticas para demarcação de terras – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2015

A presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón se reuniu nesta terça-feira, 30, com a ministra da Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes para discutir políticas de reconhecimento e legalização de territórios quilombolas.

O Incra atua junto a Seppir no processo, desde os estudos antropológicos que levam ao reconhecimento de direito até a indenização, desintrusão das terras e fomento de atividades econômicas após o processo de demarcação de terras.

A reunião buscou encontrar saídas frente a um cenário econômico de ajuste fiscal, que atingiu todos os ministérios. Para a ministra Nilma, as dificuldades orçamentárias devem ser vistas como uma barreira temporária, e não algo que impeça o trabalho.

“Nós temos muita responsabilidade com a população negra e muitas vezes somos as vozes dos movimentos sociais no governo. Em momentos como este temos que trabalhar em conjunto para garantir que nossa pauta social tenha relevância”.

Nilma sugeriu a criação de um grupo de trabalho envolvendo a Seppir, Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A gestora disse que iria conversar com o ministro Patrus Ananias (MDA) para reforçar a necessidade de unidade entre as pastas, e a necessidade de encontrar saídas inteligentes para o contingenciamento orçamentário.

Maria Lúcia destacou que a assinatura de dez decretos de reconhecimento de terras quilombolas na semana passada faz com que o governo tenha compromisso para garantir a continuidade do processo, que envolve não apenas o reconhecimento legal, mas também a indenização aos atuais proprietários e o processo de desintrusão.

Um dos objetivos do grupo de trabalho é rever o marco regulatório do processo de reconhecimento de terras quilombolas e propor as adequações necessárias.

A secretária de políticas para comunidades tradicionais da Seppir, Givânia Maria da Silva também participou da reunião, junto com o chefe de gabinete da secretaria-executiva do MDA, Januário Rodrigues Neto e assessores do Incra.

Incra-MA cria o quinto Projeto de Assentamento em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/07/2015

O assentamento Buritizinho do Sousa, situado na cidade de Morros, distante 105 km de São Luís (MA), teve a implantação autorizada. Este é o quinto projeto de assentamento criado em 2015 pela Superintendência Regional do Incra no Maranhão. A Portaria nº 28 de 3 de junho de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União(DOU) na semana passada.

O P. A Buritizinho do Souza têm 3,9 mil hectares e capacidade para 93 famílias que serão agora incluídas na lista de benefícios garantidos pelo governo federal. Por meio do

Incra os assentados terão acesso a políticas públicas como o Programa Luz para Todos e o Programa Minha Casa e Minha Vida.

Jovenilson Corrêa chefe do setor de Obtenção e Terras da Superintendência Regional do Incra no Maranhão explica que a partir da publicação da portaria, o Incra vai iniciar todos os procedimentos destinados a garantir a inclusão das famílias destes assentamentos nos programas destinados a garantir mais qualidade de vida aos assentados.

A partir da publicação da portaria de criação do P.A , é fixado um prazo de trinta dias para a inclusão do projeto de assentamento no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

SE: Comunidade quilombola de Caraíbas tem território reconhecido pelo Incra – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/07/2015

No interior de Sergipe, mais uma comunidade quilombola teve seu território reconhecido pelo Incra. A portaria que reconhece como território quilombola a área delimitada para o desenvolvimento da comunidade Caraíbas foi assinada pela presidente da autarquia federal, Maria Lucia de Oliveira Falcón, e publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (3).

O perímetro, com extensão de 3.085 hectares, abrange terras nos municípios de Canhoba, Telha, Amparo do São Francisco, Aquidabã e Cedro de São João e foi definido a partir de um amplo estudo realizado pelo próprio Incra, abrangendo aspectos antropológicos, históricos, culturais e econômicos.

Com 145 famílias, Caraíbas se torna a quinta comunidade quilombola sergipana com território delimitado e reconhecido pelo Incra. “A publicação de mais uma portaria de reconhecimento, beneficiando uma comunidade de Sergipe, confirma os avanços históricos que vêm sendo alcançados na política quilombola e reflete o empenho do Incra e do Governo Federal em promover a preservação cultural e o desenvolvimento dessas comunidades”, analisa André Luiz Bomfim Ferreira, superintendente regional do Incra/SE.

Além de Caraíbas, a comunidade Pontal da Barra, situada no município de Barra dos Coqueiros, na Grande Aracaju, também foi beneficiada com portaria de reconhecimento publicada na última quinta-feira (2). As comunidades de Mocambo, em Porto da Folha, Serra da Guia, em Poço Redondo, e Lagoa dos Campinhos, em Amparo do São Francisco, também possuem territórios reconhecidos pelo Incra.

Próximos passos

A publicação da portaria de reconhecimento do território é o último ato administrativo empreendido pelo Incra no processo de criação do território quilombola. A partir dela, o processo seguirá para decreto da presidente da República, que dará à autarquia federal instrumentos para o início das ações visando à obtenção das terras, para a formação e consolidação do território.

Inkra cria o projeto de assentamento de número 300 em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/07/2015

A Superintendência Regional do Incra em Goiás chega ao número de 300 assentamentos da reforma agrária. Isso, porque a mais nova área destinada a trabalhadores rurais está no município de Faina, no Noroeste goiano, distante cerca de 210 quilômetros da capital de Goiânia. A área leva o nome do compositor, repentista e poeta cearense Patativa do Assaré, artista que teve o campo como tema da maior parte dos seus escritos - fato que o fez ser conhecido como o "Poeta da Roça".

A portaria de criação do projeto de assentamento Patativa do Assaré foi publicada no Diário Oficial da União, de 30 de junho de 2015. O local, oriundo da desapropriação do imóvel rural Fazenda Conceição/São Sebastião e Santo Antônio, possuiu 1.056 hectares e comportará o assentamento de 35 famílias, conforme Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) e Anteprojeto de organização Espacial do Assentamento realizados pelo Incra/GO.

O novo projeto é o oitavo criado em Faina, que já possui 157 famílias instaladas nos assentamentos Limoeiro (com 23 famílias e em uma área de 1,2 mil hectares); São José do Piçarrão (10 famílias e 828 hectares); Santo Antônio das Areias (24 famílias e 1,2 mil hectares); Cora Coralina (8 famílias e 349 hectares); 17 de Abril (50 famílias e 1,4 mil hectares); Rosa Luxemburgo (24 famílias e 848 hectares); Arraial das Antas II (18 famílias e 541 hectares).

Providências

Conforme descrito na Portaria 2, de 24 de junho de 2015, a Superintendência Regional do Incra em Goiás iniciará a seleção e homologação das 35 famílias a serem assentadas oficialmente no Patativa do Assaré para, assim que finalizada essa a Relação dos Beneficiários (RB), programar o pagamento do crédito Apoio Inicial, cujo valor é R\$ 2,4 mil por unidade familiar. A autarquia deverá também providenciar chamada pública para contratação de assistência técnica para o novo assentamento e elaboração do Plano de Desenvolvimento para acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A construção e recuperação de estradas vicinais para o novo projeto vão demandar parceria com a Prefeitura Municipal de Faina e a formalização da demanda de energia elétrica deverá ser encaminhada pelo Incra/GO ao Comitê Estadual do Programa Luz para Todos, sendo a responsabilidade pela execução do serviço a cargo da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG).

Inkra e Governo do Piauí discutem parceria para desenvolver assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 09/07/2015

O governador do Piauí, Wellington Dias, visitou a presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, para debater a implantação de agroindústrias em assentamentos da reforma agrária e a regularização fundiária de áreas rurais no estado. O encontro ocorreu na quarta-feira (8), na sede do Instituto em Brasília (DF), com a participação do diretor geral do Instituto de Terras do Piauí, José Osmar Alves.

Wellington Dias propôs a elaboração de parceria com o objetivo de definir ações e investimentos conjuntos nas áreas de reforma agrária no Piauí. O objetivo é apoiar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos da agricultura familiar. Ele convidou ainda a presidente do Inbra para conhecer assentamentos no estado.

Lúcia Falcón falou das novas diretrizes institucionais do Inbra e das políticas governamentais de apoio à agricultura familiar, destacando projetos apoiados pelos programas Terra Sol e Terra Forte. Ela disse que visitará o estado, em breve, para discutir as propostas apresentadas e outras demandas com representantes do poder público, sociedade civil e instituições de pesquisa e ensino durante a realização de edição do Inbra Itinerante em Teresina.

Inbra comemora 45 anos e cria dez novos projetos de assentamento – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INBRA). 09/07/2015

Na data em que celebra 45 anos de existência, o Inbra cria dez novos projetos de assentamentos em sete estados brasileiros, que juntos vão receber 404 famílias e incorporar mais 10 mil hectares ao programa de reforma agrária. Os decretos de criação dos novos assentamentos estão publicados no Diário Oficial de União (veja link) desta quinta-feira (9). Este ano o Inbra já assentou 9.532 famílias em todo o País e implantou 33 novos projetos.

As famílias já foram selecionadas e estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal. Logo que entrarem na terra, elas receberão o cartão do assentado com os créditos do Ciclo I destinados à reforma agrária. O beneficiário receberá o Apoio Inicial no valor de até R\$ 5,2 mil e o Fomento Produtivo em duas operações de R\$ 3,2 mil cada. Nessa fase as mulheres que desenvolvem algum tipo de atividade poderão acessar o Fomento Mulher, no valor de R\$ 3 mil, num valor total de R\$ 14,6 mil.

Números da reforma agrária

Criado em 9 de julho de 1970 por meio da Lei n 1.110, o Inbra incorporou ao longo de quatro décadas e meia mais de 88 milhões de hectares à reforma agrária, onde vivem 969,4 mil famílias, entre áreas destinadas pela autarquia ou reconhecidas, sendo mais da metade nos últimos 10 anos.

Além das ações de reforma agrária, o Inbra é responsável pela governança fundiária do meio rural brasileiro com ações desenvolvidas nas áreas de regularização fundiária, de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas, controle da aquisição de áreas por estrangeiros, cadastramento e certificação de imóveis rurais.

Até o final de julho serão publicadas matérias que vão abordar um pouco da história e ações do Inbra no país em comemoração aos 45 anos da autarquia.

Criação de assentamento marca aniversário do Inbra na Bahia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INBRA). 09/07/2015

A Superintendência Regional do Inbra na Bahia celebra os 45 anos de fundação do Instituto com a criação de mais um assentamento no estado. Trata-se da área Pau Brasil

I, localizada no município de Camaçari, Região Metropolitana de Salvador. O novo projeto de reforma agrária tem 105,2 hectares e capacidade para receber 20 famílias trabalhadores rurais.

A portaria para implantação do assentamento foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (09), data de comemoração da fundação do Incra, autarquia federal vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Fruto da desapropriação do imóvel rural Fazenda Araticum e Açú da Capivara Coqueiro, o novo projeto é o quarto implantado pelo Incra/BA em 2015. Essas quatro áreas de reforma agrária beneficiam 283 famílias de trabalhadores rurais em 4,8 mil hectares obtidos.

“Celebramos os 45 anos do Incra na certeza de que estamos cumprindo nossa missão e superando os obstáculos para alcançar a meta de assentar o maior número de famílias possíveis neste ano”, acrescentou o superintendente regional do Incra, Gugé Fernandes.

Força-tarefa

O número de assentamentos criados no estado deve aumentar no segundo semestre com uma força-tarefa no Extremo Sul. Fernandes explicou que a ação visa a obter 30 mil hectares de terras.

A regional baiana está montando um escritório temporário em Eunápolis e poderá deslocar servidores de outras superintendências para realizar as atividades de vistoria, avaliação, cadastramento de famílias, negociação com prefeitura e estado para cadastro no CADÚnico das famílias, entre outras ações.

Ao todo, o Incra/BA já beneficiou 43,2 mil famílias de trabalhadores em áreas que totalizam 1,9 milhão de hectares de terras. O que equivale a assentar aproximadamente 172,8 mil pessoas, quase o número de habitantes de Lauro de Freitas, sétimo município mais populoso do estado.

Confraternização

Essas e outras conquistas no estado ao longo de 45 anos de história da instituição também foram comemoradas nesta quinta-feira. Pela manhã, uma confraternização no auditório da superintendência regional contou com a participação maciça dos servidores e colaboradores, que lotaram o espaço.

O superintendente regional, Gugé Fernandes, agradeceu aos profissionais pelo trabalho prestado e frisou que a data não é só da autarquia, mas também dos servidores que contribuem para a missão do Incra. Representantes dos sindicatos e da Associação dos Servidores do Incra (Assincra) também fizeram explanações. O tradicional ‘parabéns’ e um lanche servido aos presentes finalizaram as comemorações.

Agricultores de Tocantins recebem títulos definitivos nesta sexta-feira em Araguaína – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 09/07/2015

O Programa Terra Legal Amazônia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), chega a mais 100 agricultores, em Tocantins, nesta sexta-feira (10).

Eles vão receber os títulos definitivos de imóveis rurais em cerimônia às 9 horas, no Auditório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) de Araguaína, região norte do Estado.

O documento garante segurança jurídica, impede contestações sobre a posse da propriedade e promove o acesso a políticas públicas e recursos para o desenvolvimento sustentável da região.

“A expectativa é muito grande por parte dos beneficiados, além de garantir acesso aos recursos e políticas públicas, realiza o sonho do posseiro de sentir-se dono da propriedade de fato e de direito”, afirma o coordenador do Programa Terra Legal no estado, Geylson Sales.

Os agricultores atendidos nesta etapa são de Araguaína, Filadélfia, Babaçulândia, Darcinópolis, Palmeiras, Luzinópolis e Nova Olinda. Com os novos beneficiários, o Terra Legal concede cerca de 700 títulos definitivos no estado.

Terra Legal

Criado em 2009, o programa é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

O objetivo do programa é regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na região. Estão incluídas nessa classificação todas aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, terras da marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente ou a reflorestar a área desmatada.

Incrá do Médio São Francisco cria três novos assentamentos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/07/2015

Na celebração dos 45 anos do Incra, a Regional do Médio São Francisco (SR-29) criou três novos projetos de assentamento, frutos de termo de intenções firmado entre a autarquia e o Banco do Brasil em 2008. Os imóveis rurais estão localizados nos municípios de Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande e vão beneficiar 26 famílias e incorporar 328 hectares ao programa de reforma agrária. As portarias de criação foram publicadas no Diário Oficial da União desta quinta-feira (09).

O assentamento Genipapo é o que conta com a maior área, 121 hectares, e vai beneficiar seis famílias no município de Santa Maria da Boa Vista, onde também está localizado o menor PA Barro Alto, com 101 hectares e capacidade para oito unidades familiares. Em Lagoa Grande fica o PA Rebeca com 106 hectares para 12 famílias. Vale salientar que

estas famílias são posseiras e já se encontram na propriedade, sendo reconhecidas pelo Incra para acessar as políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

A próxima etapa será cadastrá-las no Cadastro Único do Governo Federal. Os beneficiários também vão receber o cartão do assentado com os créditos do Ciclo I destinados à reforma agrária: Apoio Inicial no valor de até R\$ 5,2 mil e o Fomento Produtivo em duas operações de R\$ 3,2 mil cada. Nessa fase as mulheres que desenvolvem algum tipo de atividade poderão acessar o Fomento Mulher, no valor de R\$ 3 mil. Cada grupo familiar pode acessar R\$ 14,6 mil em créditos destinados à instalação no assentamento e ao desenvolvimento de atividades produtivas.

História

Criada em 9 de julho pelo Decreto Lei nº 1.110/1970, a autarquia tem como missão fazer uma reforma agrária justa e completa e promover o ordenamento fundiário do País. Conta atualmente com 30 unidades regionais. Entre estas a SR-29/MSF, criada em 2000, com a finalidade de atuar nas ações expropriatórias de propriedades identificadas com plantios ilícitos, tendo como área de atuação região localizada entre os estados da Bahia e Pernambuco. Hoje a regional desenvolve outras atividades na área de ordenamento da estrutura fundiária.

Com atuação em 42 municípios, todos no semiárido nordestino, sendo, 32 no sertão pernambucano e 6 no sertão baiano, nos quais estão distribuídos 269 assentamentos da reforma agrária, atendendo 11.220 famílias de trabalhadores rurais.

Os maus efeitos do atraso na execução da reforma agrária. Jacques Távora Alfonsin – Site do MST. 17/07/2015

O que tem de se medir é o alcance em satisfazer as necessidades vitais de alimentação e moradia do povo pobre sem-terra e sem-teto no Brasil.

Do Instituto Humanitas Unisinos

A Associação Brasileira da Reforma agrária reuniu em Brasília dias 15 e 16 deste julho, representantes de diversos movimentos populares para fazer uma análise das razões pelas quais a implementação da política pública de reforma agrária, reivindicada há tanto tempo pelo povo pobre sem-terra como condição necessária de defesa da vida, da terra, da partilha igualitária dos seus frutos, da preservação do ar, das águas, das florestas e de todo o meio-ambiente, vem sendo prorrogada ilegal e injustamente, já que prevista na própria Constituição Federal.

Tendo como eixo principal a análise conjuntural da reforma agrária e a necessidade de sua implementação como garante de soberania e segurança alimentar, inclusive pelo respeito devido à função social e ambiental da propriedade, os debates não ficaram restritos apenas ao lamento próprio de tudo quanto não se faz em defesa dos direitos humanos fundamentais à terra do grande número de brasileiras/os com direito a este acesso.

Ao lado daquelas conhecidas razões de bloqueio da reforma, do tipo a exagerada concentração da propriedade da terra (1% dos/as proprietárias/os rurais açambarcando

mais de 45% dos imóveis aptos à produção agrícola e pecuária, em grande parte grilados), o peso do poder político contrário, representado pelos latifundiários, os efeitos disso no Congresso Nacional, patrocinados pela bancada ruralista, o extraordinário atraso na atualização dos índices de produtividade das terras, a lerdia do Judiciário em dar andamento às desapropriações, o encontro tratou de encaminhar novas iniciativas populares para empoderar a urgente e necessária implementação dessa reforma como condição de continuidade da nossa crescente libertação da fome e da miséria.

O que tem de se medir, em matéria de garantias devidas aos direitos humanos fundamentais violados pelo atraso da reforma agrária, não é o que a produção da terra rende em dinheiro, mas sim o que ela alcança em satisfazer as necessidades vitais de alimentação e moradia do povo pobre sem-terra e sem-teto no Brasil. O fato de a agricultura familiar ser muito mais eficaz nesse trabalho, é um indicativo claro de a partilha equitativa do nosso solo não continuar a mercê do crescimento ilimitado da sua concentração privada. Não pode ser o que a terra rende em dinheiro, exclusivamente, como pretende o agronegócio, especialmente o exportador, reduzindo-a a simples mercadoria, a razão motivadora e predominante do seu uso.

Essa é uma pretensão de se impor ao nosso território uma segunda natureza, feita apenas de pecúnia, tão estranha a ele como os venenos que esse tipo de exploração obrigam-no a ingerir, exatamente para que o preço da sua exploração não lhe permita nenhuma outra finalidade humana.

A recente encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, inspirou grande parte dos debates. O pouco peso representado pelo respeito devido ao meio-ambiente que, nas decisões administrativas e judiciais sobre reforma agrária, integra a comprovação de cumprimento, ou não, da função social da propriedade, foi comparado com várias passagens da nova encíclica, aí se constatando como o tratamento da terra brasileira carece de uma profunda reforma agrária para ser reconhecido como a “casa comum” aconselhada pelo Papa:

“O meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para administrá-la em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento «não matarás», quando «uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver.

O uso nocivo da terra aí denunciado, portanto, o que descumpra sua função social, o papa acusa de roubar e matar. Para quem criminaliza, com tanta leviandade, os movimentos populares que se insurgem contra esses crimes, a advertência constitui uma evidente defesa dessa inconformidade.

O encontro promovido pela ABRA não esteve alheio, também, às iniciativas daquela porção do eleitorado brasileiro descontente com a derrota que sofreu nas eleições passadas, insistindo em ganhar pela força o que perdeu nas urnas. Embora seja certo que o governo do país praticamente abandonou a implementação da política pública de

reforma agrária, mesmo se reconhecendo o esforço do atual ministro do Ministério de Desenvolvimento agrário em retomar a execução dela, cumprindo o determinado pela Constituição e pelo Estatuto da Terra, isso não leva o povo sem-terra e suas lideranças a engrossar o coro golpista do “fora Dilma” e do retorno da ditadura.

Por mais profunda que seja a crise pela qual passa o país atualmente, se for verdade o encontro mantido dia 14 deste julho entre Eduardo Cunha e Gilmar Mendes, para “avaliar impeachment da presidente”, como a Folha de São Paulo de 14 deste julho noticia, a interrupção de um regime democrático, ainda novo e frágil como o nosso, tenderia mais do que atrasar, sepultar o seu histórico empenho em sustentar um Estado efetivamente de direito e de um direito efetivamente democrático.

Melhor fariam, o primeiro, em não atropelar os trabalhos legislativos a seu arbítrio, e colocar em votação apenas os projetos que interessam a quem financiou a sua campanha ou apóia o seu credo, e o segundo, devolver ao plenário do Supremo a ação judicial que procura barrar a imoralidade inerente ao financiamento privado de candidatos e partidos legalmente habilitados às eleições periódicas pelas quais o povo procura se defender de conversas como a que, segundo a referida notícia, serviu de motivo para o encontro de ambos.

Sinal verde para famílias de agricultores na Amazônia Legal. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/07/2015

O governo federal deu mais um passo para garantir a regularização fundiária na região Amazônica. Nesta sexta-feira (17), o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sérgio Lopes, entregou títulos do Programa Terra Legal, no Distrito de Extrema, em Porto Velho (RO).

O governo federal repassou 155 hectares para a prefeitura de Porto Velho. Com o título urbano, a administração municipal pode realizar o parcelamento urbano e titular cada morador da área urbana. Isso também agiliza a realização de obras e investimento em equipamentos públicos que melhoram a vida da comunidade.

“O Terra Legal é um programa que olha com carinho para todos os agricultores familiares da Amazônia. Já regularizamos muito e vamos fazer mais” garantiu o secretário Sérgio Lopes, durante a entrega de títulos.

Sérgio Lopes garantiu a todos os agricultores que tem suas terras nas glebas que compõem a região conhecida como Ponta do Abunã - Euclides da Cunha, Nova Califórnia, Marmelo e Abunã - e atendam os critérios da lei, a posse dos imóveis regularizados pelo Terra Legal. “Agora as equipes do Terra Legal vão dar mais celeridade na emissão de títulos para os agricultores, garantindo as condições para o desenvolvimento em bases sustentáveis”.

Ao explicar aos agricultores da Ponta do Abunã como vai ser o processo de titulação, Sérgio Lopes lembrou da importância da participação da comunidade no processo, principalmente no acompanhamento das equipes de georreferenciamento contratadas pelo Terra Legal. “Quando as equipes de georreferenciamento chegarem na propriedade

de cada um de vocês é importante que elas sejam acompanhadas, isso garante que sejam identificados os limites das propriedades mantidas, acompanhem esse processo juntos com seus vizinhos”, concluiu o gestor do Terra Legal.

Entrega de títulos

Por meio do Programa Terra Legal também foi possível entregar títulos rurais para agricultores dos distritos de Extrema e de Guajará-Mirim. Entre os 78 beneficiários está o casal de produtores Raimunda de Souza Barbosa e Edson Nascimento Barbosa, que desde 1985 moram e produzem no sítio Novo Horizonte de 13 hectares. Para eles o título é uma grande conquista. “Agora a gente tem a certeza que nossos filhos vão ter onde morar e a gente não vai mais perder a terra”, comemorou Raimunda.

Edson já faz planos de investir na ampliação da produção. “Com a garantia da terra, a gente fica com ainda mais vontade de investir e melhorar a produção, a gente já produz um pouco de tudo e agora quero me informar mais sobre o Mais Alimentos para saber como melhorar meu sítio. Com o título emitido pelo Terra Legal é mais fácil de acessar os recursos disponibilizados no Plano Safra da Agricultura Familiar, pois o proprietário tem como comprovar a posse da terra.

No MT, Sem Terra realizam ato em defesa da Reforma Agrária Popular – Site do MST. 19/07/2015

A atividade vai ocorrer na área da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, no município de Jaciara, onde cerca de 600 famílias permanecem acampadas, desde a segunda-feira (13)

Neste domingo (19), trabalhadores sem terra do Mato Grosso realizam Ato em defesa da Reforma Agrária Popular. A atividade acontecerá na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, no município de Jaciara, à 144 km de Cuiabá, onde cerca de 600 famílias permanecem acampadas, desde a segunda-feira (13).

A área que tem mais de 2.186 Hectares, é passível a ser destinada para fins de Reforma Agrária, pois apresenta irregularidades de títulos e responde a processo por problemas ambientais movido pelo Ministério Público Estadual.

As famílias que participaram da ocupação são oriundas de diversos municípios da região sul do estado, tais como Campo Verde, Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino e demais distritos vizinhos. Os trabalhadores e trabalhadoras pretendem permanecer em acampamento até que as terras sejam destinadas para a Reforma Agrária. Enquanto isso, os sem terra já planejam produzir alimentos no local.

De acordo com os dirigentes regionais do MST, as famílias vivem clima tenso e de insegurança após a visita de agentes da Polícia Militar e do Grupo de Operações Especiais (GOE), que se manteve a distância, apenas mapeando a área. Também há a presença de seguranças armados que se posicionaram nas entradas da fazenda e deixaram todos em alerta.

Sessão Especial em homenagem ao Dia do Agricultor destaca importância da reforma agrária na Paraíba – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/07/2015

Agricultores familiares e assentados da reforma agrária de várias regiões da Paraíba lotaram o plenário e as galerias da assembleia Legislativa do estado, nesta sexta-feira (24), durante sessão especial realizada para comemorar o Dia do Agricultor e os 40 anos de fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A sessão foi proposta pelo deputado estadual e ex-superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) na Paraíba Frei Anastácio e contou com a participação do superintendente regional da autarquia, Cleofas Caju, do delegado federal do Desenvolvimento Agrário (MDA) no estado, Luiz Gonzaga Firmino Júnior, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da CPT e das entidades que prestam Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nos assentamentos da reforma agrária na Paraíba.

No discurso de abertura da sessão, o deputado Frei Anastácio destacou a realização das feiras agroecológicas em todas as regiões do estado.

Para o parlamentar, Os trabalhadores da reforma agrária estão educando a população paraibana em relação ao consumo de produtos saudáveis. “Já são quase 50 feiras com produtos sem nenhum tipo de veneno. As famílias estão produzindo cerca de 170 toneladas de alimentos por mês.”, lembrou o deputado.

Em seu discurso, o superintendente do Incra, Cleofas Caju, ressaltou a importância da proximidade dos parlamentares. “Nós vemos o Poder Legislativo como um parceiro. Um exemplo disso é a lei estadual que instituiu o dia 19 de março como Dia Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxicos, que inclusive incentiva as feiras agroecológicas”, disse Caju.

O representante da CUT, Nelson Anacleto, também elogiou as políticas públicas voltadas ao homem do campo. “Em outros anos, numa sessão como esta, nós estaríamos aqui com uma extensa pauta de reivindicação e pouco a comemorar”, disse Anacleto.

Para Tânia Maria de Sousa, representante da CPT, a persistência dos trabalhadores rurais foi outro elemento fundamental. “As terras que conquistamos não são dádivas de políticos. Tudo é fruto da resistência dos trabalhadores. Se não fosse isso, essas famílias de 308 assentamentos da reforma agrária no estado estariam nas periferias das cidades mendigando o pão. Somos odiados pela sociedade. Mas, a nossa luta é necessária e não iremos parar”, defendeu Tânia.

Congresso para; questão indígena não – Site do MST. 24/07/2015

Saiba o que aconteceu (e do que deixou de acontecer) nesse primeiro semestre de legislatura, e também perspectivas do que está por vir após o recesso parlamentar

Do Greenpeace Brasil

Com um primeiro semestre repleto de polêmica acerca da questão indígena, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal pausam suas atividades em recesso de 11 dias, somente retomando as atividades em 1º de agosto. Enquanto a problemática fica no ar, o Greenpeace faz um apanhado do que aconteceu (e do que deixou de acontecer) nesse primeiro semestre de legislatura, trazendo também perspectivas do que está por vir após o recesso parlamentar.

Abril Indígena: a resistência dos povos

Promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a Semana de Mobilização Nacional Indígena levou mais de 1,5 mil índios para acampar na Esplanada dos Ministérios, às vistas do Congresso Nacional, em abril desse ano. Conhecido como “Abril Indígena”, a mobilização mostrou grande força e poder de resistência dos povos tradicionais contra as iniciativas anti-indigenistas dos parlamentares.

“Os objetivos desse acampamento são denunciar a grave violação dos ataques sistemáticos aos direitos dos povos indígenas, reafirmar os direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e sensibilizar toda a sociedade nacional e internacional para que se juntem e apoiem nossa causa”, discursou Sonia Guajajara, liderança indígena que integra a Apib.

Na ocasião, foi articulada a fala de deputados e senadores no acampamento e também sessões solenes em respeito aos povos indígenas nos plenários da Câmara e do Senado. Entretanto, os indígenas foram barrados na entrada do evento, que seria em homenagem a eles. Uma vez lá dentro, mais constrangimentos como a ausência do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e a censura a um filme sobre as lutas dos povos indígenas que seria exibido no ato solene.

Alguns deputados destacaram a importância de uma sessão de homenagem aos povos indígenas, depois de a Câmara ter se fechado aos indígenas tantas vezes. Outros afirmaram que a Casa não fazia mais que sua obrigação e que uma concessão de fato seria o arquivamento de propostas contra os direitos indígenas. Poucos parlamentares participaram da sessão; quase todos presentes eram membros da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.

PEC 215/2000: paralisação das demarcações

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que dá ao Legislativo o direito de apreciar as demarcações de áreas indígenas, tramita na Câmara há 15 anos sem nunca ter levado em consideração a opinião dos povos tradicionais. Atualmente o texto está sendo analisada por uma Comissão Especial da Câmara, que é presidida pelo deputado Nilson Leitão (PSDB/b), investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) por atuar contra os indígenas.

Caso aprovada, a alteração significaria, na prática, a paralisação de todos os processos de homologação de terra, uma vez que mais da metade de um total de 513 deputados defende os interesses do agronegócio.

Em abril desse ano, o diretor substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Jaime Siqueira, disse em audiência pública no Congresso que o órgão é contrário à proposta, uma vez que o Legislativo abriga “muitos interesses contrários aos povos indígenas”.

Ele pediu que as demarcações sejam mantidas com o Poder Executivo, e realizadas pela Funai. “Há uma situação bastante adversa para defender o interesse indígena. Há uma visão deturpada e preconceituosa sobre o índio”, afirmou ele.

A deputada Janete Capiberibe (PSB/AP) também denunciou os interesses da bancada ruralista: “a Friboi elegeu 160 deputados aqui na Casa. Vocês acham que eles vão defender os direitos tradicionais? Não sim é defender as patas do boi, o agronegócio”.

Outros consideram a transferência da criação de Áreas de Proteção do governo para o Congresso Nacional totalmente inconstitucional, como a representante do Tribunal do Trabalho, Noemir Porto. “O deslocamento de leis constitucionais só pode ser feito para ampliar direitos. Do contrário, é inconstitucional. E a PEC 215 é bem clara quanto seus objetivos”, atestou Porto em maio desse ano.

Na mesma ocasião, Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República, disse que a Câmara dos Deputados é hostil à presença de indígenas e quilombolas que vão ao Congresso para acompanhar discussões sobre iniciativas como a PEC 215. Segundo ela, a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) determina que antes de qualquer medida legislativa que impacte os povos indígenas, eles sejam ouvidos. “No entanto, não se permite o ingresso dos povos indígenas nas diversas comissões onde se discutem os inúmeros projetos de lei que dizem respeito aos seus interesses”, disse Duprat.

Entretanto, no final de maio, o Senado deu um importante passo para barrar a PEC 215. De um total de 81 senadores, 48 assinaram um manifesto contra a proposta da Câmara. A iniciativa foi articulada pelo senador João Capiberibe (PSB/AP), que em entrevista exclusiva para a reportagem do Greenpeace, classificou a PEC como uma “sandice política”.

Como o Senado é responsável por revisar e aprovar as leis e propostas da Câmara dos Deputados, o cenário ficou favorável à causa indígena. No entanto, o deputado Nilson Leitão pode colocar a PEC 215 em votação no segundo semestre desse ano.

PL 1610/1996: índio garimpeiro?

Com o enfraquecimento da PEC 215, foi reinstalada em junho uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados para proferir parecer ao Projeto de Lei (PL) 1610, que dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

O texto é analisado desde 1996 pelos deputados. O projeto já passou por diversas Comissões, como a de Minas e Energia e a de Meio Ambiente. No entanto, pareceres contrários travaram sua aprovação e arrastaram o processo até os dias de hoje. Agora o texto tramita em regime de prioridade.

O presidente da Comissão é o deputado Índio da Costa (PSB/RJ), que demonstrou desconhecer o que é a PEC 215 e a Convenção 169 da OIT. Para ele, “o direito de exploração mineral não quer dizer a obrigação [da exploração]. Não estamos tirando nenhum direito dos índios, e sim ampliando. Os que quiserem autorizar a exploração em suas terras, terão suas terras exploradas”

Com essa afirmação, o deputado se esquece dos processos de licenciamento de diversas usinas hidrelétricas, rodovias e empreendimentos de infraestrutura que ignoraram solenemente a participação dos povos indígenas. Então como ele pode afirmar que só haverá exploração onde os indígenas autorizarem?

Para Carlos Bittencourt, historiador e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), esse projeto de lei seria a “batalha final contra os povos indígenas, muito próximos de um etnocídio completo”. O historiador considera absurdo votar a abertura de territórios indígenas para mineração antes de votar o Estatuto dos Povos Indígenas.

PL 1216/2015: mais uma frente de ataque ruralista

De autoria do deputado Luís Antônio Covatti (PP/RS), o Projeto de Lei 1216 pretende adequar o processo de demarcação de territórios indígenas à Portaria 303/2013, da Advocacia Geral da União (AGU).

Entre diversas restrições aos direitos indígenas, o projeto propõe a instituição do “marco temporal” para definir a ocupação indígena, ou seja, só seriam considerados de posse indígena os locais ocupados pelas comunidades na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Segundo a proposta, a expulsão dos índios de seus territórios em período anterior a essa data – inclusive na ditadura militar – retiraria o seu direito à demarcação.

Para Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a partir dessa interpretação, “os povos que foram expulsos de suas terras e, por este motivo, não estavam na posse física delas na data da promulgação da Constituição de 1988, e que não estavam em guerra ou disputando judicialmente essa posse com os invasores na mesma ocasião, teriam perdido o direito sobre suas terras”. Segundo Buzatto, isso legitima e legaliza as expulsões e demais violações cometidas contra os povos indígenas do Brasil.

O PL 1216 está em tramitação desde junho desse ano e segue em regime ordinário.

PEC 71/2011: a proposta “amiga”

Criada pelo Senado, essa Proposta de Emenda Constitucional visa indenizar as pessoas detentoras de títulos de terra em territórios declarados indígenas até a data da promulgação da Constituinte, em 5 de outubro de 1988.

A muitos produtores foram oferecidos pedaços de terra pelo governo na época da ditadura militar, e estes os ocuparam de boa fé, mesmo sendo territórios indígenas, pois tinham o aval do poder público. Mas em muitos outros casos, invasões possessórias colaboraram para expulsar povos tradicionais de seus territórios, e as ocupações foram feitas de maneira ilegal.

O texto de autoria do senador Paulo Bauer (PSDB/SC), no entanto, estipula o pagamento indenizatório apenas aos proprietários que comprovem a boa fé, o que pode ser difícil de identificar.

No geral, a proposta pode ser positiva ou negativa, a depender dos caminhos que se escolha. É claro que ao indenizar esse proprietário, o território fica livre de conflito e os indígenas podem voltar a ocupá-lo sem risco de novas disputas. Mas, segundo Mauricio Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (ISA), “independente de ser a favor ou contra as indenizações para proprietários de boa-fé em terras indígenas, há duas questões relevantes a serem alteradas no texto original, sob pena de inviabilizar todo o sistema e, principalmente, travar a demarcação de terras indígenas no Brasil, a exemplo do que se pretende através da PEC 215”.

“A primeira é não se permitir o pagamento retroativo de indenizações, seja por questões jurídicas impeditivas, seja pelo fato de que o governo não teria o montante necessário. A segunda é permitir que o pagamento seja feito em outras modalidades e títulos que não sejam em dinheiro. Caso contrário, o proprietário vai demorar anos para receber sua indenização e se negará a deixar a terra, impedindo a efetiva demarcação e ocupação indígena”, explica Guetta.

Portanto, o que se estuda é modificar o texto para permitir que o pagamento seja feito em títulos de reforma agrária. Entretanto, a mudança ainda não foi feita e a PEC 71 já está no plenário do Senado para votação. Mais uma questão para ficar atento, pois o tiro pode sair pela culatra.

Nos próximos capítulos...

O recesso termina no primeiro dia de agosto, e as atividades parlamentares prometem voltar com tudo na segunda metade do ano.

Novas manifestações, organizadas pela Mobilização Nacional Indígenas, devem acontecer em agosto e setembro, antecedendo a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, programada para novembro.

Sobre os trâmites legislativos, Mariana Mota, assessora de políticas públicas do Greenpeace, comenta que o Congresso é um ambiente imprevisível e o contexto político pode mudar a qualquer momento, ainda mais se levar em conta as investigações de corrupção que podem tirar políticos de cargos estratégicos. Mas é possível afirmar que “como a atual legislatura permanece com maioria ruralista e conservadora, os direitos indígenas serão novamente alvo de ameaça no segundo semestre por essa série de projetos citados e tantos outros que tramitam na Câmara e Senado”.

Na opinião de Danicley de Aguiar, da campanha de Amazônia do Greenpeace, “a bancada ruralista deve forçar um acordo em torno da PEC 71, sob pena de votarem a PEC 215 na Comissão Especial, dando continuidade a lógica de fazer vale os interesses do agronegócio sobre qualquer outro, seja ele indígena ou não. Ainda que no campo das teses, de uma maneira ou de outra, a bancada ruralista vai acelerar as iniciativas para reduzir os direitos dos povos originários, invocando o ‘progresso’, assim como fizeram os que aqui desembarcaram em 1500”.

O Greenpeace seguirá acompanhando as tramitações de perto, sempre no intuito de defender os direitos indígenas e informar a população. Acompanhe em nosso site as notícias do Congresso Nacional e confira se seu deputado está atuando pela defesa das minorias e dos povos originários do Brasil.

Melhorias que vão além do campo – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 24/07/2015

Ter a terra legalizada e poder acessar benefícios e políticas públicas que contribuem para a qualidade de vida e o resgate da cidadania. Essa é a realidade milhares de agricultores familiares que receberam títulos de propriedade da terra. Uma ação que, além de promover a segurança e o desenvolvimento das famílias beneficiadas, movimenta, positivamente, a economia de centenas de municípios brasileiros, que têm na agropecuária uma das principais atividades.

Foi o que ocorreu em Ouricuri (PE), município localizado no Sertão do Araripe, onde mais de cinco mil agricultores familiares tiveram suas terras regularizadas. A ação massiva de regularização fundiária trouxe para o agricultor familiar a possibilidade de acesso a créditos e, conseqüentemente, melhorias na propriedade, o que refletiu no comércio varejista do município.

O crescimento nas vendas foi percebido nos mercados, nas lojas de produtos de uso pessoal, e, principalmente, na loja de utilidades domésticas e de material de construção, como conta o proprietário Marcelo Bezerra Cavalcante, dono da loja Casa da Construção. “Tive que aumentar a estrutura e o estoque da loja em função da crescente demanda. Sem o documento legal os agricultores tinham dificuldade para financiar a produção e obter crédito, agora isso mudou”, comenta.

Cavalcante conta, que com a melhoria na renda e a legalização do imóvel, os agricultores acabam investindo mais na propriedade, o que fez aumentar a procura de móveis e eletrodomésticos, material de construção, ferramentas para a agricultura, arame e canos. “Antes esses agricultores viviam precariamente, só que isso melhorou muito, tanto na questão da renda como na questão social. Todo o município se beneficiou com a mudança”, diz o proprietário.

Cidadania e oportunidade

A regularização da propriedade traz cidadania e abre um leque de oportunidades para o agricultor, pois traz mais que segurança jurídica, o torna apto a acessar inúmeras políticas públicas sociais (aposentadoria, auxílio-doença, salário maternidade) e de desenvolvimento, como: Pronaf, Minha Casa Minha Vida Rural, assistência técnica, acesso ao crédito para jovens, entre outras ações previstas no Plano Safra 2015-2016.

CONTAG expõe suas demandas pelo acesso a terra para ministro Patrus Ananias. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/07/2015

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu hoje (27) um encontro entre ministro Patrus Ananias e representantes dos movimentos sociais do campo. O evento, chamado Diálogos da Terra, teve como objetivo o debate entre governo e sociedade civil sobre as políticas públicas de acesso a terra, Reforma Agrária e Crédito Fundiário.

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, a secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Alessandra Lunas, o vice-presidente e secretário de relações internacionais, Willian Clementino, e a assessora de Política Agrária da CONTAG, Nicinha Porto representaram a CONTAG no encontro. “Reconhecemos a importância do espaço dado pelo ministro para ouvir os movimentos sociais do campo. Tivemos a oportunidade de exigir que o governo federal cumpra os acordos feitos em relação à diminuição dos passivos da Reforma Agrária e sobre a necessidade de avanços das políticas de acesso a terra tais como o Crédito Fundiário”, afirmou o presidente da CONTAG, Alberto Broch.

A secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Alessandra Lunas, aponta que o encontro é um momento crucial para que possamos discutir, de maneira bastante clara, os desafios e os passos a serem dados na agenda do desenvolvimento rural. “É preciso ter claro como podemos fortalecer o desenvolvimento rural que queremos”, destaca.

Para o secretário de relações internacionais, Willian Clementino, o evento é fundamental para reforçar e construir nossa compreensão sobre o papel da reforma Agrária e da Agricultura familiar, Camponesa e indígena. “Além de fazer nossa avaliação dos programas e políticas públicas para um setor importante é fundamental para o desenvolvimento do Brasil com sustentabilidade e segurança alimentar, que parte do elemento terra, Reforma agrária urgente e necessária para o campo e para a cidade”, explica o secretário.

Compromissos com os avanços no campo. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/07/2015

A secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Maria Fernanda Coelho, reafirmou nesta terça-feira (28), o compromisso do Governo Federal em assentar, até o final de 2018, todas as 120 mil famílias acampadas no Brasil.

Maria Fernanda participou do Coletivo de Política Agrícola e Meio Ambiente, encontro realizado em Brasília pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contag).

Até esta quarta-feira, a entidade promove também discussões sobre temas da juventude, de assalariados e de mulheres trabalhadoras do campo, finanças e administração, formação e organização sindical.

A secretária executiva citou três prioridades do ministério na atual gestão. “Primeiro os assentamentos da reforma agrária. Segundo, na área agrícola, fazer um modelo sustentável, que tenha como base a produção agroecológica. E terceiro, prover de cidadania e qualidade de vida as pessoas que vivem no campo”, afirmou Maria Fernanda.

A importância da assistência técnica foi destacada pelo diretor de Ater do MDA, Marenilson Batista. “Um dos temas prioritários para esse semestre é a Assistência Técnica. No nosso Plano Safra estamos dizendo à população que temos que consumir alimentos saudáveis. Quando falamos desse consumo sentimos a necessidade da contribuição da Assistência Técnica”, afirmou.

Para o presidente da Contag, Alberto Broch, a participação do Governo Federal nesse evento é importante para o aperfeiçoamento técnico e político dos movimentos sociais. “Às vezes, discutimos muito a pauta e pouco tempo nos sobra para sentar e estudar, qualificar. E esse seminário está fazendo as duas coisas”, explicou o dirigente.

Na quarta-feira (29), o diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor, Marcelo Piccin, apresenta dois programas para a agricultura familiar: cooperativismo e agroindustrialização.

Piccin vai detalhar o Programa de Fortalecimento do Cooperativismo e do Associativismo, criado pelo MDA, e as medidas anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff, previstas nos decretos 8.445 e 8.471 de 2015. Elas simplificam a implantação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), permitindo que produtos inspecionados da agroindústria familiar possam ser comercializados em todo o País.

“Neste Plano Safra, dobraremos o número de cooperativas e agroindústrias atendidas para a qualificação da gestão, administração e planejamento de mercado, garantindo apoio direto a mil empreendimentos”, prevê Piccin.

MDA institui espaço permanente de debate sobre a reforma agrária – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/07/2015

Lideranças de movimentos sociais e sindicais participaram da primeira reunião do “Diálogos da Terra”, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dia 27 de julho, em Brasília (DF). A proposta do evento é ser um espaço permanente de diálogo para avaliar e aprofundar o debate sobre a política agrária brasileira.

Segundo o ministro Patrus Ananias, a interlocução com os movimentos é essencial para o futuro da agricultura familiar brasileira. “Este é um encontro histórico e que me deixa muito feliz, pois reúne pessoas importantes e comprometidas com a terra e com a reforma agrária.”

As lideranças avaliaram as políticas públicas para os agricultores familiares e apontaram suas reivindicações. O representante do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Frei Sérgio Gorgen, criticou a concentração de terras no Brasil e pediu a implantação de novos programas. “O latifúndio fornece menos emprego e alimentos para a população do que a agricultura familiar. Ou seja, não cumpre a função social da terra. Além disso, precisamos aumentar as políticas públicas para os camponeses”, salientou.

O presidente substituto do Incra, Leonardo Góes Silva, participou do evento e disse que a instituição do “Diálogos da Terra” é importante para avaliar e aperfeiçoar as políticas executadas pelo Governo Federal. Também compareceram ao evento o diretor de Desenvolvimento do Instituto, César Aldrighi, e o chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à autarquia, Júnior Divino Fideles.

Polícia prende 10 na operação “Terra Legítima” – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/07/2015

A Polícia Federal desarticulou, na manhã desta terça-feira (28), uma quadrilha que cobrava propina de mais de R\$ 2 mil para regularizar áreas de terra sem observância dos critérios definidos pelo Programa Terra Legal, do Governo Federal

(Diário OnLine)

A operação "Terra Legítima" cumpriu 10 mandatos de prisão, três de condução coercitiva e 13 de busca e apreensão.

Entre os presos da investigação - que iniciou há um ano - estão advogados e servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As apreensões ocorreram nas cidades de Marabá, Jacundá e Belém, mas a organização concentrava em Marabá e região.

Entre os presos estão Marcelo Alves do Santos, Alex Rawser Pereira de Matos, Antônio Morbach Neto, Gustavo Gruscoski de Paula, Jhonatan Oliveira de Sousa, Josivan Gonçalves Silva, Maurício Carvalho de Araújo e os advogados Juscelino Veras da Silva e Wirland Batista Fonseca.

A prisão de Antônio Morbach Neto, foi realizada na cidade de Natal-RN, no hotel em que estava hospedado, de férias.

ACUSAÇÕES

De acordo com o delegado Antônio Carlos, os acusados responderão pelos crimes de corrupção passiva, corrupção ativa, organização criminosa, falsidade ideológica e inserção de dados falsos em sistema de informação.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa